



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
Gabinete do Deputado
Dr. Francisco Costa

Projeto de Lei Nº. 117 de Junho de 2022

LEI DO NO EXPRDIENTE

Em, 28 / 06 / 2022

1º Secretário

“Reconhece de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE e dá outras providências”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada a Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE-AMCTZRLT, instituição de direito privado, com finalidade civil e jurídica, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede na Zona Rural Leste de Teresina, Comunidade Taboquinha, inscrita no CNPJ sob o nº 42.086.473/0001-01, s/n, CEP: 64.099-899, Teresina-PI.

Art. 2º - Fica assegurada à entidade de que trata o artigo anterior, todos os direitos e vantagens estabelecidos pela legislação pertinente em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Teresina, 20 de junho de 2022.

FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Deputado Estadual/PT



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
Gabinete do Deputado
Dr. Francisco Costa
JUSTIFICATIVA

A presente proposição pretende declarar Utilidade Pública da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE-AMCTZRLT, instituição de direito privado, com finalidade civil e jurídica, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede na Zona Rural Leste de Teresina, Comunidade Taboquinha, inscrita no CNPJ sob o nº 42.086.473/0001-01, s/n, CEP: 64.099-899, Teresina-PI.

Criada em 2020, como consta na ata de fundação, presta relevantes serviços sociais para comunidade, com objetivos de desenvolver atividades nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Pecuária e Desenvolvimento Rural, com ações e projetos de melhoria de qualidade de vida para os moradores desta comunidade.

Já possui Utilidade Pública Municipal, Lei nº 5.681, de 15 de dezembro de 2021, e pretende a Utilidade Pública Estadual por atender todos os requisitos prescritos na Lei nº 5447/2005.

Pelas razões expostas, por ser de relevante interesse social e preenchido todos os requisitos legais necessários, solicita-se aos nobres pares desta Casa Legislativa que aprovem a presente proposição que trará enormes benefícios à população piauiense.

Atenciosamente,


FRANCISCO DE ASSIS DE OLIVEIRA COSTA
Deputado Estadual/PT



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA
ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI

Ofício nº 002/2022

Teresina 17 de junho de 2022

Ao Deputado Estadual –Pi

Francisco de Assis de Oliveira Costa

ALEPI

ASSUNTO: Reconhecimento e Pedido de Utilidade Pública Estadual

Ao tempo em que saudamos Vossa Senhoria, vimos por meio solicitar desta Carta ALEPI o Reconhecimento e Pedido de Utilidade Pública de Utilidade Estadual para a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA.

Somos uma Organização da Sociedade Civil, inscrita no CNPJ sob nº 42.086.473/0001-01, localizada no Povoado Taboquinha zona rural de Teresina-PI CEP: 64057 -110.

Criada em 2020, a Associação de Moradores da Comunidade Taboquinha tem relevantes serviços onde promover a união dos seus membros para busca de soluções de problema de natureza sócio-econômico, como: moradia, desenvolvimento rural, educação, cultura, saúde, segurança, assistência medica social, meio ambiente, economia solidaria, agricultara familiar e pecuária.

Buscamos ser reconhecido pelas boas práticas inovação todo potencial e as ferramentas de comunicação para muda o maior número de vidas na comunidade possível.

Certos de contarmos com seu apoio, nos colocamos a disposição.

Atenciosamente,

Ledy Laura Soares Azevedo

Ledy Laura Soares Azevedo

Presente da Associação dos Moradores Taboquinha



ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA
ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a Associação dos Moradores da Comunidade Taboquinha, instituição privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 42.086.473/0001-01, com sede no Povoado Taboquinha zona rural de Teresina, representada por sua presidente Ledy Laura Soares Azevedo, brasileira, solteira, CPF:877.372.03-49, RG: 2039.079, SSP-PI, residente no Povoado Taboquinha S/N Cep: 64057 -110, Teresina – PI, **NÃO DESENVOLVE** qualquer atividade econômica.

Teresina 17 de junho de 2022



Lei nº 5.681 de 15 de DEZEMBRO de 20 21

Reconhece de Utilidade Pública a
**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA
COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA
RURAL LESTE DE TERESINA -
AMCTZRLT**, e dá outras providências. (*)

O Prefeito Municipal de Teresina, Estado do Piauí

Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - AMCTZRLT**, instituição de direito privado, com finalidade civil, jurídica, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede na Área Rural, s/n, bairro Área Rural de Teresina, Teresina-PI, CEP: 64.099-899, e inscrita no CNPJ sob nº 42.086.473/0001-01.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de 15 de dezembro de 2021.

JOSÉ PESSOA LEAL
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um.

ANDRÉ LOPES EVANGELISTA DIAS
Secretário Municipal de Governo

(*) Lei de autoria do Vereador Jeová Alencar, em cumprimento à Lei Municipal nº 4.221/2012.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 42.086.473/0001-01

Razão Social: ASSOC DOS MORADORES COMUN TABOQUINHA DA Z RURAL DE TER

Endereço: COM TABOQUINHA SN / AREA RURAL DE TERES / TERESINA / PI / 64099-899

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/05/2022 a 18/06/2022

Certificação Número: 2022052010361301344058

Informação obtida em 20/05/2022 10:36:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 42.086.473/0001-01

Nome Empresarial: ASS DOS MOR DA COM TABOQUINHA DA ZONA RURALLESTE

Mês/Ano: JAN 2021

Declaração Retificadora: NÃO

Situação Especial: NÃO

Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ			
IRRF	0,00	0,00	
IPI	0,00	0,00	0,00
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	
PIS/PASEP	0,00	0,00	
COFINS	0,00	0,00	0,00
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	0,00	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	
	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ		
CSLL	0,00	0,00
	0,00	0,00

A pessoa jurídica acima identificada declara, por seu representante legal, que permaneceu, durante todo o período de 1º de janeiro de 2021 até 31 de janeiro de 2021, sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira.

Esta declaração foi entregue fora de prazo. Foi emitida a Notificação de Lançamento número 16.93.18.99.15.00-92 conforme previsto no art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

CPF: 877.372.053-49

Telefone: ()

Correio Eletrônico:

Ramal:

FAX: ()

Essa declaração foi assinada com o certificado digital do NI 42.086.473/0001-01

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:
19.95.69.80.13-09

Versão: 3.60

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/05/2022 às 11:33:57

4016476473

19.95.69.80.13

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
- MODELO I -

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CNPJ: 42.086.473/0001-01
Nome Empresarial/Ente Federativo: ASS DOS MOR DA COM TABOQUINHA DA ZONA RURALLESTE
Órgão/Município: 03.30.1.00 / 1219

2 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

CNPJ:
Nome da Unidade Gestora:
Órgão/Município:

3 - DADOS DA DECLARAÇÃO

Mês: JAN Ano: 2021 N° de meses em atraso: 15
Prazo Final Entrega: 19/03/2021 Data Entrega: 20/05/2022

4 - DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Multa por atraso na entrega da declaração - Código 1345

Apuração de Crédito Tributário

Valores em Reais

Base de Cálculo da Multa por Atraso na Entrega da Declaração
(montante dos impostos e contribuições informado na DCTF): 0,00
Percentual Aplicável: 2% x Quantidade de meses/fração de atraso limitado a 20%:
Valor da multa por atraso na entrega da declaração:
Valor da multa por atraso na entrega da declaração (multa mínima): 200,00

5 - DESCRIÇÃO DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Descrição dos Fatos

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) entregue fora do prazo fixado na legislação enseja a aplicação da multa de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na declaração, ainda que integralmente pago, reduzida em 50% (cinquenta por cento) em virtude da entrega espontânea da declaração, respeitado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), no caso de inatividade, e de R\$ 500,00 (quinhentos reais) nos demais casos.

Enquadramento Legal

Arts. 115 e 160 do Código Tributário Nacional e art. 7º da Lei nº 10.426, de 24/04/2002, com a redação dada pelo art. 19 da Lei nº 11.051, de 29/12/2004.

6 - INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado INTIMADO a recolher ou impugnar, no prazo de trinta dias contados da ciência desta Notificação de Lançamento, o presente crédito tributário. A impugnação deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento e protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição (Arts. 5º, 15, 17 e 23 do Decreto nº 70.235, de 06/03/1972, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.748, de 09/12/1993, Lei nº 9.532, de 10/12/1997, Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009).

Até o vencimento desta notificação, serão concedidas reduções de 50% para pagamento à vista ou 40% para os pedidos de parcelamento formalizados neste mesmo prazo (Art. 6º da Lei nº 8.218, de 29/08/1991, com redação dada pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009).

7 - AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome: ANDRE LUIZ DA SILVA DOS SANTOS
Matrícula Sipe/Siape: 01220966
Cargo: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL BRASIL
Local: TERESINA

8 - DADOS PARA PREENCHIMENTO DO DARF ATÉ A DATA DO VENCIMENTO

Código da Receita Principal: 1345 Período de Apuração: 22/03/2021
CNPJ: 42.086.473/0001-01 Data de Vencimento: 21/06/2022
Valor: 100,00

Nº do Recibo de Entrega da Declaração: 19.95.69.80.13-09
Nº da Notificação de Lançamento: 16.93.18.99.15.00-92

A 2ª via desta notificação está disponível no Portal e-CAC.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 42.086.473/0001-01

JAN/2021

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

CPF: 877.372.053-49

Telefone: Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: ARIADE CAROL COSTA SILVA

CPF: 036.529.513-28

Inscrição no CRC:

UF:

Telefone: Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico:

***** FIM DE IMPRESSÃO *****



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

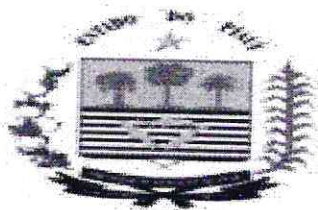
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 42.086.473/0001-01 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/10/2020
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMCTZRLT		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO A RURAL	NÚMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 64.099-899	BAIRRO/DISTRITO AREA RURAL DE TERESINA	MUNICÍPIO TERESINA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF PI
TELEFONE (86) 8820-7226		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 29/10/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 31/05/2021 às 09:56:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DA FAZENDA

CERTIDÃO DE SITUAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA
nº 2206224208647300010101

RAZÃO SOCIAL *****			
ENDEREÇO			BAIRRO OU DISTRITO
MUNICÍPIO	CEP	FONE(S) Nº(S)	FAX (Nº)
CPF/CNPJ (Nº) 42.086.473/0001-01		INSCRIÇÃO ESTADUAL *****	
Ressalvado o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que o mesmo encontra-se em SITUAÇÃO FISCAL REGULAR .			

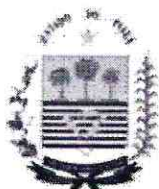
Certidão emitida com base na Portaria GSF nº 106/06, de 12 de abril de 2006.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

EMITIDA VIA INTERNET EM 22/06/2022, às 10:21:43**VÁLIDA ATÉ 21/08/2022****ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaoSituacao/jsp/validarCertidao.jsp>**

Chave para Autenticação: F8BF-B01D-A008-FA6D-9D76-A646-9B63-11B9



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO QUANTO A DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

nº 220642086473000101

(Emitida em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa PGE/PI nº 01º2015)

IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE
INSCRIÇÃO ESTADUAL

CNPJ/CPF
42.086.473/0001-01
NOME/RAZÃO SOCIAL

Ressalvado o direito da Procuradoria Geral do Estado de inscrever e cobrar dívidas que venham a ser apuradas, certifico para os devidos fins, a requerimento do(a) interessado(a), que, revendo os registros da Seção de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Estado do Piauí, verifiquei nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida a presente certidão.

Procuradoria Geral do Estado

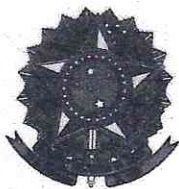
Procuradoria Tributária

EMITIDA VIA INTERNET EM 21/06/2022, ÀS 09:12:05

VÁLIDA ATÉ 19/09/2022

ESTE DOCUMENTO NÃO TERÁ VALIDADE ANTES DE SUA AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET, NO SITE <http://webas.sefaz.pi.gov.br/certidaonft-web>

Chave para Autenticação: 7B7E-0DB8-F4F9-343E-F8D7-D367-4772-A1FF



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9
Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabela Interina

CERTIDÃO NEGATIVA DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Certifico a requerimento de FABIANO DE MELO VIANA que, revendo nos livros de Registro Civil de Pessoa Jurídica – RCPJ deste Tabelionato, **NÃO CONSTA REGISTRO** em nome de: **Associação dos Moradores da Comunidade Taboquinha da Zona Rural Leste de Teresina-PI**. Era o que me foi pedido por certidão e aos próprios livros me reporto e dou Fé. Eu Filipe Carvalho Lopes da Silva Filipe Carvalho Lopes da Silva, Escrevente Autorizado a digitei. Emolumentos: R\$ 17,00; FERMOJUPI: R\$ 3,40; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,43; Total: R\$ 21,090 presente ato só terá validade com o Selo: **AAN87293 - ID1S**. Consulte a autenticidade do selo em www.tpi.jus.br/portalextra

Em Testº fil da verdade. Dou fé.

Teresina-PI, 17 de Dezembro de 2019

Filipe Carvalho Lopes da Silva
FILIFE CARVALHO LOPES DA SILVA

Escrevente Autorizado
5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho
Escrevente Autorizado

5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho
Escrevente Autorizado



2ª SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE NOTAS
E PROTESTO DE TERESINA-PI

CNPJ: 31.965.391/0001-02

CERTIDÃO NEGATIVA RCPI

CERTIFICO a requerimento de pessoa interessada que, revendo o acervo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas do extinto Cartório do 6º Ofício de Notas, Protesto, RTD e RCPI de Teresina, que está sob a responsabilidade da 2ª Serventia Extrajudicial de Notas e Protesto de Teresina, conforme Portaria da Vice-Corregedoria nº 18/2018 – PJPI/CGJ/GABVICOR, publicada no Diário da Justiça em 27/11/2018 – Diário 8565, e Lei Complementar Estadual nº 234 de 15/05/2018, não foi encontrado nenhum registro em nome de **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI**, nos últimos 5 (cinco) anos. Está conforme. Emolumentos: R\$ 26,32; FERMOJUPI: R\$ 5,26; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,66; Total: R\$ 32,50. O presente ato só terá validade com o Selo: **AAO16894 - EMJA**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra. Eu, Irene Lavínia Fonseca Costa de Sousa, Escrevente Compromissada, a digitei, subscrevo, dato e assino em público e raso. Dou fé.

Teresina(PI), 20 de dezembro de 2019.

Irene Lavínia Fonseca Costa de Sousa

Irene Lavínia Fonseca Costa de Sousa

Escrevente Compromissada

2ª SERVENTIA DE NOTAS E
PROTESTO DE TÍTULOS
Irene Lavínia Fonseca Costa
Escrevente Compromissada
Teresina-Piauí



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA
RURAL LESTE DE TERESINA - PI
ESTRADA DA CACIMBA VELHA S/N
POVOADO TABOQUINHA- ZONA RURAL LESTE
TERESINA - PI**

DECLARAÇÃO

Eu, Ledy Laura Soares Azevedo, brasileira, solteira, autônoma, Portadora da RG. 2.039.079-SSP-PI e CPF 877.372.053-49, residente e domiciliada no Povoado Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina - PI, Declaro para todos os fins, diante de quatro testemunhas que o Edital de Convocação da Assembleia Geral de Constituição da Associação dos Moradores da Comunidade Taboquinha da Zona Rural Leste de Teresina - PI, tendo como pauta de discussão: Leitura e Aprovação do Estatuto Social, eleição e Posse dos Primeiros membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, realizada no dia 30.11.2019, foi realizada através da convocação de casa em casa de maneira verbal, fato ocorrido entre os dias 02 a 09 de novembro de 2019.

Teresina (PI), 27 de Dezembro de 2019.

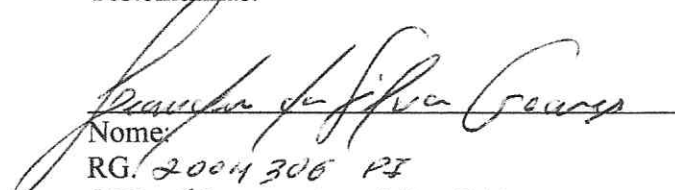


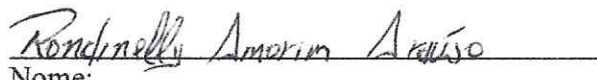
Ledy Laura Soares Azevedo

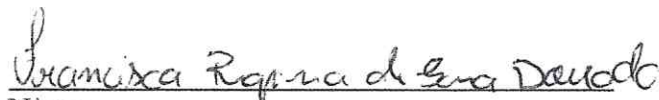
Ledy Laura Soares Azevedo

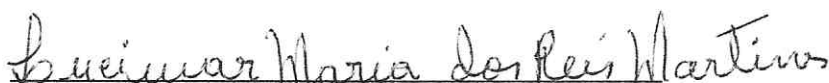
Presidente

Testemunhas:


Nome: Francisco de Silva Sousa
RG. 2004306 PI
CPF. 670065823-34

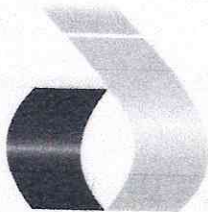

Nome: Rondonelly Amorim Araújo
RG. 1575765 - PI
CPF. 649829553-87


Nome: Francisca Regina de Souza Daudé
RG. 2.580.878 - PI
CPF 034.405.383-79


Nome: Buiamar Maria dos Reis Martins
RG. 168237-PI
CPF. 09920030325

RECEBIMOS EM DEBATE PARA A
AZEVEDO. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
Teresina-PI, 05/02/2020.
www.tjpi.jus.br/portalexta
Jéssica Aline de Menezes Silva - ESCRIVENTE AUTORIZADA
Emo1:4,02 RJ:0,80 FMM:PI/10 Selo:0,76 Total:5,18 - 02:105
DECLARACAO

CARTÓRIO DE NOTARIAS
3º OFÍCIO DE NOTARIAS
Jéssica Aline de Menezes Silva
Escrivente Autorizada



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PIAUÍ - COMARCA DE TERESINA
1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - 2ª CIRCUNSCRIÇÃO
CARTÓRIO JOÃO CRISÓSTOMO - CNS-07.965-7
Bela - Maria Elizabeth Paiva e Silva Muller - Titular

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

CERTIFICO que, a requerimento verbal de pessoa interessada, que, com solicitação de busca, revendo neste Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis nos **Livros de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas**, neles não foi encontrado nenhum Registro em nome de: **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI**, com sede na Estrada da Cacimba Velha, S/N, Zona Rural Leste, Comunidade Taboquinha; CEP: 64.099-899 – Teresina-PI. Processo nº 145174, Teresina - PI, 13 de Dezembro de 2019. Emolumentos: R\$ 17,00; FERMOJUPI: R\$ 3,40; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,43; Total: R\$ 21,09 ; O presente ato só terá validade com o Selo: **AAP40378 - \$7SR**. Consulte a autenticidade do selo em www.tipi.jus.br/portalextra. Dou fé, Eu, *[assinatura]* (Fernanda Rodrigues Lopes Feitosa), escrevente, a digitei.

Teresina - PI, 13 de Dezembro de 2019.

[assinatura]
Tabelião Pública do 1º. Ofício de Notas

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO 1º OFÍCIO
Notas-Registro de Imóveis 2ª Zona
Têda Maria de L. Morais
ESCREVENTE AUTORIZADA
Teresina-Piauí



Poder Judiciário
2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis
3ª Circunscrição - CNS:07.784-2

Bel. Meirylane de Oliveira Sousa - Interina
Portaria nº 3008/2017 - PJ/PI/CGJ/EXPCGJ



Página 001

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada que revendo e buscando nos Livros de Registro de Pessoas Jurídicas e nos Livros de Registro de Títulos e Documentos deste Serviço Registral, no período dos últimos cinco anos, não localizamos registro de Instituição sob a denominação **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI.** O referido é verdade e dou fé. Emolumentos: R\$ 26,32; FERMOJUPI: R\$ 5,26; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,66; Total: R\$ 32,50. Eu Karla Fernandes Lopes Barroso, Karla Fernandes Lopes Barroso, escrevente autorizada a digitei. O presente ato só terá validade com o Selo: **AAO69049 - F6JQ.** Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra.

Teresina (PI), 17 de dezembro de 2019.

Jackson Jardel de Sousa Melo
Registro Civil de Pessoa Jurídica
Interina

Cartório 2º Of. de Notas e Reg. de Imóveis
3ª Circunscrição
Jackson Jardel de Sousa Melo
Escrevente Substituto - RTD/RCPJ
Teresina-Piauí



Consulte selo digital



Livro Nº A3
Data 29/10/2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9

Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

Nº 107

Fls. 012

5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho
Escrivente Autorizado

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO.

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI, sob a Sigla "AMCTZRLT", fundada aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, com sede provisória, localizada na Comunidade Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem distinção de cor, raça, sexo, partido político, ou qualquer discriminação, com duração indeterminada, que reger-se-á por este Estatuto e pela legislação específica e conforme disposto no Art. 53 do Código Civil Brasileiro e no Art. 2º da Lei nº 8.742/93 adequação a nova legislação da assistência social a lei 12.435 (Lei do SUAS) Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha); Lei 10.741 (Lei do Idoso); Lei 8.069 (Lei da Criança e Adolescente); Lei 11.124 (Lei SNHIS); Lei 11.977 (Lei de Regularização Fundiária); e atos da diretoria respeitadas as decisões das assembleias e normas estatutárias por esta aprovada.

Parágrafo Primeiro: O Presente estatuto está adaptado às disposições do Código Civil Brasileiro instituído pela Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo: Sua jurisdição compreende ao Município de Teresina/PI.

Terceiro: Essa Entidade será filiada a Federação das Organizações não Governamentais do Estado do Piauí - FONGEPI.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E FINALIDADES:

Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", tem por objetivos desenvolver atividades

nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Pecuária e Desenvolvimento Rural com as seguintes finalidades:

- I- Promover a união de seus membros para a busca de soluções de problemas de natureza sócio-econômico, como: Moradia, Desenvolvimento Rural, Educação, Cultura, Saúde, Segurança, Assistência Médica e Social, Meio Ambiente, Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pecuária.
- II- Promover amparo social através de recursos próprios, ou de desenvolvimento de programas e/ou de projetos a serem financiados por órgãos públicos, privados ou agência de cooperações internas e externas;
- III- Procurará junto aos poderes públicos adquirir meios de melhorias para os seus associados, podendo receber auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, além de firmar convênios, acordos e promover campanhas que lhe permita arrecadar fundos para serem usados em benefício da coletividade;
- IV- Defender os direitos, interesses e reivindicações dos associados;
- V- Promover e organizar eventos, exposições, festivais, mostras de seus produtos seja na agricultura ou na pecuária;
- VI- Buscar mecanismo para implantar e incentivar agricultura, piscicultura, criação de aves, de caprinos e suínos.
- VII- Representar os associados, na esfera municipal, estadual, federal, Empresas Privadas, nas ONG'S nacionais e internacionais desenvolvendo ações que visem conquistar benefícios em prol da coletividade;
- VIII - Promover juntamente com os órgãos públicos federais e estaduais programas e projetos de construção de casas habitacionais por interesse sociais;
- IX- Difundir e oferecer assistência tecnológica e outros mecanismos necessários ao desenvolvimento de micro e pequenos produtores;
- X - Promover através de programas e projetos construção e reforma de casas habitacionais por interesse sociais, seja Urbana e Rural;
- XI- Promover projetos ou programas através de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais oficinas de capacitação sobre a reciclagem do lixo, para a preservação do meio ambiente; inclusão digital, dentre outros programas de capacitação profissional;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9

Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

Nº 010.00

Livro Nº A3
Data 29/10/2020

Nº 107

Fls. 013
5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Cavaiho
Escrivente Autorizado

alienações, vendas ou permutas dos bens móveis e imóveis, decidir questões relevantes para o bom funcionamento da entidade inclusive destituir diretores no descumprimento deste estatuto ou de determinações desta assembléia. A Assembléia Geral será convocada das seguintes formas:

- I - Ordinariamente - Trimestralmente, em data pré-fixada pela diretoria;
- II - Extraordinariamente, a qualquer momento, sob proposta da Diretoria, para discutir e votar questões de interesse da categoria;
- III - As Assembléias Gerais reunir-se-ão com a presença de 50% de seus associados mais um, em primeira convocação e/ ou em segunda convocação com qualquer número de sócios;
- IV - Compete à Assembléia Geral coibir abusos administrativos de qualquer natureza, praticado pela Diretoria ou associados e aprovar a formação de órgãos para atividades específicas;
- V - A dissolução da entidade se dará por deliberação da assembléia geral convocada exclusivamente para esse fim;

SEÇÃO III - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 10- A Diretoria Executiva será composta de cargos eletivos e cargos transitórios:

- I - Os Cargos Eletivos são compostos pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro e Conselho Fiscal.
- II - Cargos Transitórios - serão criados após a fundação da entidade, cujos membros serão nomeados através de portaria pelo presidente;

Art. 11 - São atribuições do Presidente:

- I - Representar oficialmente a entidade judicialmente, extrajudicial, ativa e passivamente;
- II - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto bem como as resoluções das assembléias;
- III - Assinar correspondências, documentos, e autorizar pagamentos;
- IV - Presidir e dirigir as reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Abrir conta bancária, assinar cheques juntamente com o Tesoureiro;

Art. 12 - Cabe a Vice- Presidente:

- I - Auxiliar o Presidente e substituí-lo em todos os seus impedimentos;

Art. 13- Do Primeiro Secretário:

- I - Substituir o Vice- Presidente;

II - Manter em ordem fichário dos associados; lavrar e ler as atas nas reuniões da diretoria e Assembléias Gerais;

Art. 14 - Do Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos

Art. 15 - Do Primeiro Tesoureiro:

- I - Substituir o Segundo Secretário.

II - Registrar no livro caixa todas as contribuições e outros valores destinados à entidade e mantê-los em dias;

III - Elaborar orçamentos, fazer e executar planos financeiros da entidade;

IV - Fazer relatórios e balancetes da entidade e apresentá-los no prazo de exercício de cada ano;

V - Abrir conta bancária, assinar cheques juntamente com o presidente;

Art. 16- Do Segundo Tesoureiro:

- I - Substituir o Primeiro Tesoureiro

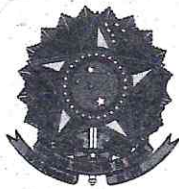
Art. 17 - Às demais Secretarias Competem:

- a) Pregar pela melhoria dos serviços nas áreas de atuação;
- b) Desenvolver atividades de conscientização do poder público na zona urbana nas áreas de cada secretaria;
- c) Exigir efetiva atuação do poder público na comunidade urbana, nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, turismo, transporte.
- d) Atuar efetivamente na busca dos direitos da mulher, criança e adolescente e idoso;
- e) Proporcionar aos filiados o conhecimento pleno das atividades políticas - públicas implementadas pelo poder público;

Dr. Lucas de Almeida Vitor

03.08.2020

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9

Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

Nº 010.06

Livro Nº A3
Data 29/10/2020

Nº 107

Fls. 014
5º Ofício de Notas e Protestos
Filipe Carvalho
Escrivente Autorizado

desrespeitar o estatuto da entidade, extraviar a documentação da entidade, cometer roubo de recurso financeiro da entidade, desde que for comprovado.
Parágrafo único - No caso de vir a ocorrer exclusão do associado a este será garantido amplo direito de defesa, mediante a Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.26 - É expressamente vedado o uso da denominação social em atos que envolvam a associação em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança e caução de favor.

Art. 27 - A Diretoria Executiva e os associados da AMCTZRLT aprovarão o seu Regimento Interno em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade.

Art. 28- Os casos omissos serão decididos em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade.

Art.29 - Este estatuto entra em vigor no ato de sua aprovação pela Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI, sob a Sigla "AMCTZRLT", revogando-se às disposições em contrário podendo ser reformulado em assembléia geral para estes fins. Teresina Piauí, 27 de setembro de 2020.

Iedy Laura Soares Azevedo
Presidente

Dr. Lucas de Andrade Veloso
Advogado

Cartório
Teresina
Sampaio

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Caldeira Magalhães, 167 - Centro - CEP: 64000-190 - Teresina - PI - Fone: (86) 3221-9999 - E-mail: atendimento@teresiananotario.com.br
Tabeliã Autorizada

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE IEDY LAURA SOARES AZEVEDO. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE
Teresina-PI, 27/10/2020. Selo: ARM68473-USMT
www.tpi.jus.br/portalestra.

Maria do Socorro de Carvalho de Sena-Escrivente Autorizada
Emol:4,02 TC:0,80 Ptas:0,10 Selo:0,25 Total:5,18 - OP:120
ESTATUTO

Cartório Themistocles Sampaio
3º OFÍCIO DE NOTAS
Maria do Socorro de Carvalho de Sena
Escrivente Autorizada
Teresina - PI

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9

Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

Filipe Carneiro
Escritor Autorizado

Livro Nº A3
Data 29/10/2020

Nº 107

Fls. 015

melhorias para os seus associados, podendo receber auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, além de firmar convênios, acordos e promover campanhas que lhe permita arrecadar fundos para serem usados em benefício da coletividade; IV- Defender os direitos, interesses e reivindicações dos associados; V- Promover e organizar eventos, exposições, festivais, mostras de seus produtos seja na agricultura ou na pecuária; VI- Buscar mecanismo para implantar e incentivar agricultura piscicultura, criação de aves, de caprinos e suínos. VII- Representar os associados, na esfera municipal, estadual, federal, Empresas Privadas, nas ONG'S nacionais e internacionais desenvolvendo ações que visem conquistar benefícios em prol da coletividade; VIII - Promover juntamente com os órgãos públicos federais e estaduais programas e projetos de construção de casas habitacionais por interesse sociais; IX- Difundir e oferecer assistência tecnológica e outros mecanismos necessários ao desenvolvimento de micro e pequenos produtores; X - Promover através de programas e projetos construção e reforma de casas habitacionais por interesse sociais, seja Urbana e Rural; XI- Promover projetos ou programas através de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais oficinas de capacitação sobre a reciclagem do lixo, para a preservação do meio ambiente; inclusão digital, dentre outros programas de capacitação profissional; XII- Integrar-se a instituições universitárias em parcerias para o desenvolvimento de atividades na comunidade principalmente na área de agricultura, pecuária e desenvolvimento econômico; XIII - Buscar programas de linhas de créditos destinadas às associações para atender seus associados. **CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DOS SÓCIOS- DISPOSIÇÕES GERAIS, Art.3º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT",** não limitará o número de seus associados. Art.4º- Os sócios contribuirão com taxas, cujo valor de contribuição será aprovado mediante assembleia geral, e a devida concordância dos associados. Art.5º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", terá as seguintes categorias de sócios: I - Sócios Fundadores, assim denominados todos os membros que assinarem a ata de fundação da AMCTZRLT, sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; II - Sócios Efetivos, assim denominados aqueles que associarem-se após a fundação da entidade. Parágrafo Primeiro - Só poderá associar-se à AMCTZRLT com direito a votar e ser votado, MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA PIAUÍ. Parágrafo Segundo - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não remunera, nem distribui lucros, vantagens ou bonificações a nenhum de seus membros, quer sejam dirigentes ou associados; Parágrafo Terceiro - Os Sócios não se responsabilizam, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da entidade. Parágrafo Quarto - Este Estatuto não limitará a quantidade de reeleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMCTZRLT; podendo reeleger-se quantas vezes forem necessárias. **SEÇÃO II - DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS; Art.6º - São direitos dos Sócios:** I - Votar e ser votados para os cargos e órgãos da AMCTZRLT; II- Ter acesso aos documentos da entidade para examinar se for necessário, não podendo retirá-los da sede; III- Gozar dos benefícios concedidos pela entidade; IV- Opinar e discutir em assembleia matéria de interesse da entidade, apontando propostas e sugestões que contribuam na melhoria de seus associados, respeitando os critérios estatutários. **SEÇÃO III - DOS DEVERES; Art.7º- São deveres dos Sócios:** I - Respeitar o Estatuto; II - Participar das atividades e luta pelos os associados; III - Zelar pelo patrimônio moral, material da entidade como um todo; IV - Estar quite com suas obrigações, perante a AMCTZRLT; V - Lutar pelo fortalecimento da entidade e informar de imediato a diretoria quaisquer irregularidades. **CAPÍTULO IV- SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS E DISPOSIÇÕES GERAIS Art.8º - São órgãos da AMCTZRLT:** I- Assembleia Geral; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal. **SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL; Art.9º - A**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9

Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

5º Ofício de Notas e Protesto

Filipe Carvalho

Escritor Autorizado

Livro Nº A3

Data 29/10/2020

Nº 107

Fls. 016

eleição se processará da seguinte maneira: I - A eleição será direta através do voto na urna. II - Será formada uma comissão em Assembleia Geral denominada de Comissão Eleitoral, que conduzirá o processo 45 (quarenta e cinco) dias antes das eleições e destituirá após a apuração dos votos e posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; III - A Comissão Eleitoral será composta por 02 (dois) representantes da FONGEPI e 03 (três) membros da Diretoria Executiva poderão ser nomeados em assembleia geral para administração do triênio. V - No caso de chapa única a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, poderão ser eleitos por aclamação em Assembleia Geral devidamente convocada para este fim. Art. 22 - O Registro do candidato será feito junto a Comissão Eleitoral, para tanto, cada um apresentará requerimento solicitando o registro de chapas identificando nomes e os respectivos cargos até 20 (vinte) dias antes das eleições; Parágrafo Único - Só poderá ser candidato o sócio devidamente regular e em dia com suas obrigações sociais, com no mínimo um ano de filiado. **CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO.** Art. 23 - O patrimônio da AMCTZRLT será administrado pela Diretoria Executiva. Art. 24 - Em caso de extinção da AMCTZRLT seu patrimônio será destinado à outra entidade congênera registrada no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. **Parágrafo Único -** A extinção do AMCTZRLT acontecerá em Assembleia Geral convocada exclusivamente para estes fins com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. **CAPÍTULO VI - DAS PENALIDADES DOS ASSOCIADOS;** Art. 25 - Os sócios poderão sofrer as seguintes penalidades: a) Advertência - Será aplicada pelo presidente, mediante aprovação da Diretoria Executiva, em caráter reservado, para punir faltas leves, como faltar a três reuniões consecutivas sem dar justo esclarecimento, pagamento de taxas de contribuições de sócia atrasada; b) Suspensão - Será aplicada pelo presidente, após aprovação da Diretoria Executiva em recurso "ex-officio", para punir faltas graves, como - Será deliberada e aplicada pela assembleia geral, especialmente convocada para esse fim, após votação da maioria absoluta dos presentes, para punir faltas graves, como desrespeitar o estatuto da entidade, extraviar a documentação da entidade, cometer roubo de recurso financeiro da entidade, desde que for comprovado. Parágrafo único - No caso de vir a ocorrer exclusão do associado a este será garantido amplo direito de defesa, mediante a Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** Art. 26 - É expressamente vedado o uso da denominação social em atos que envolvam a associação em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança e caução de favor. Art. 27 - A Diretoria Executiva e os associados da AMCTZRLT aprovarão o seu Regimento Interno em assembleia geral para esse fim; com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art. 28 - Os casos omissos serão decididos em assembleia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art. 29 - Este estatuto entra em vigor no ato de sua aprovação pela Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI, sob a Sigla "AMCTZRLT", revogando-se às disposições em contrário podendo ser reformulado em assembleia geral para estes fins. Teresina Piauí, 27 de setembro de 2020. Em seguida obedecendo a ordem do dia foi dado um prazo de trinta minutos para que os interessados a concorrerem aos cargos se inscrevesse, após o prazo estabelecido houve um consenso e apenas uma chapa se inscreveu, em seguida foi apresentado os nomes e os cargos e colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade pelos presentes, para um mandato de três anos com início em 27/09/2020 e término em 27/09/2023, sendo empossada imediatamente; Diretoria Executiva: Presidente: Ledy Laura Soares Azevedo, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina

- XII- Integrar-se a instituições universitárias em parcerias para o desenvolvimento de atividades na comunidade principalmente na área de agricultura, pecuária e desenvolvimento econômico;
XIII - Buscar programas de linhas de créditos destinadas às associações para atender seus associados.

CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DOS SÓCIOS- DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.3º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não limitará o número de seus associados.

Art.4º- Os sócios contribuirão com taxas, cujo valor de contribuição será aprovado mediante assembléia geral, e a devida concordância dos associados.

Art.5º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", terá as seguintes categorias de sócios:

I - Sócios Fundadores, assim denominados todos os membros que assinarem a ata de fundação da AMCTZRLT, sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

II - Sócios Efetivos, assim denominados aqueles que associarem-se após a fundação da entidade.

Parágrafo Primeiro - Só poderá associar-se à AMCTZRLT com direito a votar e ser votado, MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA PIAUÍ.

Parágrafo Segundo - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não remunera, nem distribui lucros, vantagens ou bonificações a nenhum de seus membros, quer sejam dirigentes ou associados;

Parágrafo Terceiro - Os Sócios não se responsabilizam, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da entidade.

Parágrafo Quarto - Este Estatuto não limitará a quantidade de reeleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMCTZRLT, podendo reeleger-se quantas vezes forem necessárias.

SEÇÃO II - DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS;

Art.6º - São direitos dos Sócios:

I - Votar e ser votados para os cargos e órgãos da AMCTZRLT;

II- Ter acesso aos documentos da entidade para examinar se for necessário, não podendo retirá-los da sede;

III- Gozar dos benefícios concedidos pela entidade;

IV- Opinar e discutir em assembléia matéria de interesse da entidade, apontando propostas e sugestões que contribuam na melhoria de seus associados, respeitando os critérios estatutários.

SEÇÃO III - DOS DEVERES;

Art.7º- São deveres dos Sócios:

I - Respeitar o Estatuto;

II - Participar das atividades e luta pelos os associados;

III - Zelar pelo patrimônio moral, material da entidade como um todo;

IV - Estar quite com suas obrigações, perante à AMCTZRLT;

V - Lutar pelo fortalecimento da entidade e informar de imediato a diretoria quaisquer irregularidades.

CAPÍTULO IV- SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.8º - São órgãos da AMCTZRLT:

I-Assembléia Geral;

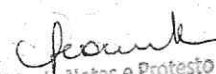
II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal.

SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL;

Art.9º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da entidade formada pelos sócios e tem como finalidade eleger a Diretoria, aprovar, apreciar e retificar relatórios, balancetes, autorizar

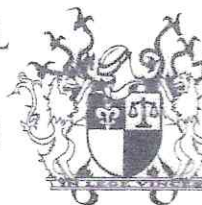
Dr. Lucas de Andrade Vellozo
Assessor Jurídico


5º Ofício de Notas e Protesto
Felipe Carvalho
Escritor Autorizado



4^o Cartório
Teresina - Piauí

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PIAUÍ - PODER JUDICIÁRIO
Ofício de Notas e Registro de Imóveis



CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal de pessoa interessada, que foi dado busca nos livros de Pessoa Jurídica deste Cartório e não foi encontrado nenhum Registro em nome de **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI.**

O referido é verdade e dou fé. Emolumentos: R\$ 17,00; FERMOJUPI: R\$ 3,40; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 0,43; Total: R\$ 21,09 O presente ato só terá validade com o Selo: **AAQ07372 - BWB0**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/selodigital.. Data do pagamento: 16/12/2019. Teresina, 23/12/2019. Eu, Maria do Socorro Amorim Dias, Escrevente autorizado digitei.

Teresina - PI, 23 de Dezembro de 2019

Maria do Socorro Amorim Dias

p. Erlane Bezerra dos Santos - Tabeliã Interina

CARTÓRIO DO OFÍCIO DE NOTAS
E REGISTROS DE IMÓVEIS
Bel^a Erlane Bezerra dos Santos
Tabeliã Interina
Teresina - Piauí
Maria do Socorro Amorim Dias
Tabeliã Interina Substituta



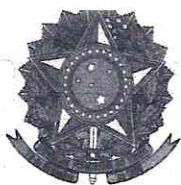


ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA
ZONA RURAL LESTE DE TERESINA-PI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a Associação dos Moradores da Comunidade Taboquinha, instituição privada sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 42.086.473/0001-01, com sede no Povoado Taboquinha zona rural de Teresina, representada por sua presidente Ledy Laura Soares Azevedo, brasileira, solteira, CPF:877.372.03-49, RG: 2039.079, SSP-PI, residente no Povoado Taboquinha S/N Cep: 64057 -110, Teresina – PI, **NÃO DESENVOLVE** qualquer atividade econômica.

Teresina 17 de junho de 2022



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
CNPJ: 33.373.558/0001-71 - CNS: 07969-9
Belª. Maria Hilda Silva Feitosa - Tabeliã Interina

CERTIDÃO DE REGISTRO

CERTIFICO, a requerimento de LEDY LAURA SOARES AZEVEDO, inscrita no CPF nº 877.372.053-49, foi registrado sob o Nº 107, no Livro A-03 de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 42.086.473/0001-01: onde consta a Diretoria Eleita com a seguinte composição: **Ledy Laura Soares Azevedo**, inscrita no CPF nº 877.372.053-49, como **Presidente**; **Francisca Katia Pereira dos Santos Ribeiro**, inscrita no CPF nº 440.190.503-25, como **Vice-Presidente**; **Irenildes Soares Azevedo Pinto**, inscrita no CPF nº 765.110.903-10, como **1ª Secretária**; **Maria de Jesus da Silva**, inscrita no CPF nº 646.831.253-15, como **2ª Secretária**; **Ana Maria de Sena Cruz**, inscrita no CPF nº 578.983.083-87, como **1ª Tesoureira** e; **Anazeth Carvalho Chaves de Azevedo**, inscrita no CPF nº 239.879.953-00, como **2ª Tesoureira**; **CERTIFICO ainda que o mandato da diretoria acima qualificada tem duração até a data de 27 de Setembro de 2023**. Eu, Filipe Carvalho Lopes da Silva, Bel. Filipe Carvalho Lopes da Silva, Escrevente Assessor, a digitei, subscrevo, dato e assino em público, raso e dou fé. Processo 129614. Data do Pagamento: 26/05/2022. Emolumentos: R\$ 32,65; FERMOJUPI: R\$ 6,47; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 1,67; Total: R\$ 41,05. O presente ato só terá validade com o Selo: **ADO04086 - D0FT**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra.

Teresina-PI, 31 de Maio de 2022

Filipe Carvalho Lopes da Silva

Bel. Filipe Carvalho Lopes da Silva

Escrevente Assessor

Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho Lopes da Silva
Escrevente Assessor



Confira o ato em **Rua David Caldas, 167 - Centro Norte - Teresina - PI - CEP 64000-190**
Fone: (86)3029-8205 - e-mail: cartorio5oficioprotesto@gmail.com

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 42.086.473/0001-01

Mês/Ano: JAN 2022

Nome Empresarial: ASS DOS MOR DA COM TABOQUINHA DA ZONA RURALLESTE

Declaração Retificadora: NÃO

Situação Especial: NÃO

Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	
IPI	0,00	0,00	
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	0,00	0,00	
COFINS	0,00	0,00	
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	0,00	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ	0,00	0,00
CSLL	0,00	0,00

A pessoa jurídica acima identificada declara, por seu representante legal, que permaneceu, durante todo o período de 1º de janeiro de 2022 até 31 de janeiro de 2022, sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira.

Esta declaração foi entregue fora de prazo. Foi emitida a Notificação de Lançamento número 13.60.20.96.84.30-34 conforme previsto no art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

CPF: 877.372.053-49

Telefone: ()

Ramal:

FAX: ()

Correio Eletrônico:

Essa declaração foi assinada com o certificado digital do NI 42.086.473/0001-01

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:
26.94.36.03.80-72

Versão: 3.60

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/05/2022 às 11:19:09

0404285816

26.94.36.03.80

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO
- MODELO I -

MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.6

1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

CNPJ: 42.086.473/0001-01
Nome Empresarial/Ente Federativo: ASS DOS MOR DA COM TABOQUINHA DA ZONA RURALLESTE
Órgão/Município: 03.30.1.00 / 1219

2 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

CNPJ:
Nome da Unidade Gestora:
Órgão/Município:

3 - DADOS DA DECLARAÇÃO

Mês: JAN Ano: 2022 N° de meses em atraso: 03
Prazo Final Entrega: 22/03/2022 Data Entrega: 20/05/2022

4 - DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Multa por atraso na entrega da declaração - Código 1345

Apuração de Crédito Tributário	Valores em Reais
Base de Cálculo da Multa por Atraso na Entrega da Declaração (montante dos impostos e contribuições informado na DCTF):	0,00
Percentual Aplicável: 2% x Quantidade de meses/fração de atraso limitado a 20%:	
Valor da multa por atraso na entrega da declaração:	
Valor da multa por atraso na entrega da declaração (multa mínima):	200,00

5 - DESCRIÇÃO DOS FATOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Descrição dos Fatos

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) entregue fora do prazo fixado na legislação enseja a aplicação da multa de 2% (dois por cento) ao mês ou fração, incidente sobre o montante dos tributos e contribuições informados na declaração, ainda que integralmente pago, reduzida em 50% (cinquenta por cento) em virtude da entrega espontânea da declaração, respeitado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais), no caso de inatividade, e de R\$ 500,00 (quinhentos reais) nos demais casos.

Enquadramento Legal

Arts. 115 e 160 do Código Tributário Nacional e art. 7º da Lei nº 10.426, de 24/04/2002, com a redação dada pelo art. 19 da Lei nº 11.051, de 29/12/2004.

6 - INTIMAÇÃO

Fica o contribuinte acima identificado INTIMADO a recolher ou impugnar, no prazo de trinta dias contados da ciência desta Notificação de Lançamento, o presente crédito tributário. A impugnação deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento e protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição (Arts. 5º, 15, 17 e 23 do Decreto nº 70.235, de 06/03/1972, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.748, de 09/12/1993, Lei nº 9.532, de 10/12/1997, Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009).

Até o vencimento desta notificação, serão concedidas reduções de 50% para pagamento à vista ou 40% para os pedidos de parcelamento formalizados neste mesmo prazo (Art. 6º da Lei nº 8.218, de 29/08/1991, com redação dada pela Lei nº 11.941, de 27/05/2009).

7 - AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nome: ANDRE LUIZ DA SILVA DOS SANTOS
Matrícula Sipe/Siape: 01220966
Cargo: AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL BRASIL
Local: TERESINA

8 - DADOS PARA PREENCHIMENTO DO DARF ATÉ A DATA DO VENCIMENTO

Código da Receita Principal: 1345 Período de Apuração: 23/03/2022
CNPJ: 42.086.473/0001-01 Data de Vencimento: 21/06/2022
Valor: 100,00

Nº do Recibo de Entrega da Declaração: 26.94.36.03.80-72
Nº da Notificação de Lançamento: 13.60.20.96.84.30-34

A 2ª via desta notificação está disponível no Portal e-CAC.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS

D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 42.086.473/0001-01

Mês/Ano: JAN 2022

Dados Iniciais

Período: 01/01/2022 a 31/01/2022

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: SIM

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:

ASS DOS MOR DA COM TABOQUINHA DA ZONA RURALLESTE

Logradouro: A RURAL

Complemento:

Município: TERESINA

CEP: 64099-899

Caixa Postal:

Correio Eletrônico:

Telefone:

CEP:

Fax:

Número: 0

Bairro/Distrito: AREA RURAL DE TERESI

UF: PI

D C T F MENSAL - 3.6

CNPJ: 42.086.473/0001-01

JAN/2022

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

CPF: 877.372.053-49

Telefone:

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: ARIADE CAROL COSTA SILVA

CPF: 036.529.513-28

Inscrição no CRC:

UF:

Telefone:

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico:

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE
TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI**

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO.

Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA – PI, sob a Sigla “AMCTZRLT”, fundada aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, com sede provisória, localizada na Comunidade Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64..099-899, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem distinção de cor, raça, sexo, partido político, ou qualquer discriminação, com duração indeterminada, que rege-se-á por este Estatuto e pela legislação específica e conforme disposto no Art. 53 do Código Civil Brasileiro e no Art. 2º da Lei nº 8.742/93 adequação a nova legislação da assistência social a lei 12.435 (Lei do SUAS) Lei 11.340 (Lei Maria da Penha); Lei 10.741 (Lei do Idoso); Lei 8.069 (Lei da Criança e Adolescente); Lei 11.124 (Lei SNHIS); Lei 11.977 (Lei de Regularização Fundiária); e atos da diretoria respeitadas as decisões das assembleias e normas estatutárias por esta aprovada.

Parágrafo Primeiro: O Presente estatuto está adaptado às disposições do Código Civil Brasileiro instituído pela Lei nº10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo Segundo: Sua Jurisdição compreende ao Município de Teresina/PI.

Terceiro: Essa Entidade será filiada a Federação das Organizações não Governamentais do Estado do Piauí - FONGEPI.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E FINALIDADES:

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI “AMCTZRLT”, tem por objetivos desenvolver atividades nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Pecuária e Desenvolvimento Rural com as seguintes finalidades:

- I- Promover a união de seus membros para a busca de soluções de problemas de natureza sócio-econômico, como: Moradia, Desenvolvimento Rural, Educação, Cultura, Saúde, Segurança, Assistência Médica e Social, Meio Ambiente, Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pecuária.
- II- Promover amparo social através de recursos próprios, ou de desenvolvimento de programas e/ ou de projetos a serem financiados por órgãos públicos, privados ou agência de cooperações internas e externas;
- III- Procurará junto aos poderes públicos adquirir meios de melhorias para os seus associados, podendo receber auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, além de firmar convênios, acordos e promover campanhas que lhe permita arrecadar fundos para serem usados em benefício da coletividade;
- IV- Defender os direitos, interesses e reivindicações dos associados;
- V- Promover e organizar eventos, exposições, festivais, mostras de seus produtos seja na agricultura ou na pecuária;
- VI- Buscar mecanismo para implantar e incentivar agricultura, piscicultura, criação de aves, de caprinos e suínos.
- VII- Representar os associados, na esfera municipal, estadual, federal, Empresas Privadas, nas ONG'S nacionais e internacionais desenvolvendo ações que visem conquistar benefícios em prol da coletividade;
- VIII – Promover juntamente com os órgãos públicos federais e estaduais programas e projetos de construção de casas habitacionais por interesse sociais;
- IX- Difundir e oferecer assistência tecnológica e outros mecanismos necessários ao desenvolvimento de micro e pequenos produtores;
- X - Promover através de programas e projetos construção e reforma de casas habitacionais por interesse sociais, seja Urbana e Rural;
- XI- Promover projetos ou programas através de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais oficinas de capacitação sobre a reciclagem do lixo, para a preservação do meio ambiente; inclusão digital, dentre outros programas de capacitação profissional;

5º Ofício

SELO NO VERSO

Filipe Carvalho
5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho
Escritor Autorizado

II- Integrar-se a instituições universitárias em parcerias para o desenvolvimento de atividades na comunidade principalmente na área de agricultura, pecuária e desenvolvimento econômico;
XIII – Buscar programas de linhas de créditos destinadas às associações para atender seus associados.

CAPÍTULO III - SEÇÃO I – DOS SÓCIOS- DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.3º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não limitará o número de seus associados.

Art.4º- Os sócios contribuirão com taxas, cujo valor de contribuição será aprovado mediante assembléia geral, e a devida concordância dos associados.

Art.5º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", terá as seguintes categorias de sócios:

I - Sócios Fundadores, assim denominados todos os membros que assinarem a ata de fundação da AMCTZRLT, sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;

II - Sócios Efetivos, assim denominados aqueles que associarem-se após a fundação da entidade.

Parágrafo Primeiro – Só poderá associar-se à AMCTZRLT com direito a votar e ser votado, MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA PIAUÍ.

Parágrafo Segundo – A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não remunera, nem distribui lucros, vantagens ou bonificações a nenhum de seus membros, quer sejam dirigentes ou associados;

Parágrafo Terceiro – Os Sócios não se responsabilizam, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da entidade.

Parágrafo Quarto – Este Estatuto não limitará a quantidade de reeleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da AMCTZRLT; podendo reeleger-se quantas vezes forem necessárias.

SEÇÃO II – DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS;

Art.6º - São direitos dos Sócios:

I - Votar e ser votados para os cargos e órgãos da AMCTZRLT;

II- Ter acesso aos documentos da entidade para examinar se for necessário, não podendo retirá-los da sede;

III- Gozar dos benefícios concedidos pela entidade;

IV- Opinar e discutir em assembléia matéria de interesse da entidade, apontando propostas e sugestões que contribuam na melhoria de seus associados, respeitando os critérios estatutários.

SEÇÃO III – DOS DEVERES;

Art.7º-São deveres dos Sócios:

I - Respeitar o Estatuto;

II - Participar das atividades e luta pelos os associados;

III - Zelar pelo patrimônio moral, material da entidade como um todo;

IV - Estar quite com suas obrigações, perante à AMCTZRLT;

V - Lutar pelo fortalecimento da entidade e informar de imediato a diretoria quaisquer irregularidades.

CAPÍTULO IV- SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS E DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.8º - São órgãos da AMCTZRLT:

I-Assembléia Geral;

II - Diretoria Executiva;

III - Conselho Fiscal.

SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL;

Art.9º - A Assembléia Geral é o órgão máximo da entidade formada pelos sócios e tem como finalidade eleger a Diretoria, aprovar, apreciar e retificar relatórios, balancetes, autorizar

5º Ofício

SELO NO VERSO

João
5º Ofício de Registro e Protesto
Folha 1 de 10
Escritório Administrativo

Dr. Lucas de Almeida Vellozo
Advogado
OAB/PI 10.555

alienações, vendas ou permutas dos bens móveis e imóveis, decidir questões relevantes para o bom funcionamento da entidade inclusive destituir diretores no descumprimento deste estatuto ou de determinações desta assembleia. A Assembleia Geral será convocada das seguintes formas:

- I - Ordinariamente - Trimestralmente, em data pré-fixada pela diretoria;
- II - Extraordinariamente, a qualquer momento, sob proposta da Diretoria, para discutir e votar questões de interesse da categoria;
- III - As Assembleias Gerais reunir-se-ão com a presença de 50% de seus associados mais um, em primeira convocação e/ ou em segunda convocação com qualquer número de sócios;
- IV - Compete à Assembleia Geral coibir abusos administrativos de qualquer natureza, praticado pela Diretoria ou associados e aprovar a formação de órgãos para atividades específicas;
- V - A dissolução da entidade se dará por deliberação da assembleia geral convocada exclusivamente para esse fim;

SEÇÃO III- DA DIRETORIA EXECUTIVA;

Art. 10- A Diretoria Executiva será composta de cargos eletivos e cargos transitórios:

I- Os Cargos Eletivos são compostos pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário; 1º e 2º Tesoureiro e Conselho Fiscal.

II- Cargos Transitórios – serão criados após a fundação da entidade, cujos membros serão nomeados através de portaria pelo presidente;

Art. 11 - São atribuições do Presidente:

- I - Representar oficialmente a entidade judicialmente, extrajudicial, ativa e passivamente;
- II - Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto bem como as resoluções das assembleias;
- III - Assinar correspondências, documentos, e autorizar pagamentos;
- IV - Presidir e dirigir as reuniões da Diretoria Executiva;
- V - Abrir conta bancária, assinar cheques juntamente com o Tesoureiro;

Art. 12 - Cabe a Vice- Presidente:

I- Auxiliar o Presidente e substituí-lo em todos os seus impedimentos;

Art. 13- Do Primeiro Secretário:

- I - Substituir o Vice- Presidente;
- II- Manter em ordem fichário dos associados; lavrar e ler as atas nas reuniões da diretoria e Assembleias Gerais;

Art. 14 – Do Segundo Secretário:

- I - Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos.

Art. 15 – Do Primeiro Tesoureiro:

- I - Substituir o Segundo Secretário;
- II - Registrar no livro caixa todas as contribuições e outros valores destinados à entidade e mantê-los em dias;
- III - Elaborar orçamentos, fazer e executar planos financeiros da entidade;
- IV - Fazer relatórios e balancetes da entidade e apresentá-los no prazo de exercício de cada ano;
- V - Abrir conta bancária, assinar cheques juntamente com o presidente;

Art. 16- Do Segundo Tesoureiro:

- I – Substituir o Primeiro Tesoureiro.

Art. 17 - Às demais Secretarias Competem:

- a) Pregar pela melhoria dos serviços nas áreas de atuação;
- b) Desenvolver atividades de conscientização do poder público na zona urbana nas áreas de cada secretaria;
- c) Exigir efetiva atuação do poder público na comunidade urbana, nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, turismo, transporte.
- d) Atuar efetivamente na busca dos direitos: da mulher, criança e adolescente e idoso;
- e) Proporcionar aos filiados o conhecimento pleno das atividades políticas - públicas implementadas pelo poder público;

Dr. Lucas de Almeida Vilela
Advogado
OAB/PR 10.335

5ª O. de

SELO NO VERSO

Frank
5ª O. de
P. 10.335
Enfermeiro, Curitiba

f) Viabilizar o intercambio entre a Associação e as instituições públicas;

SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL.

Art. 18 - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador das atividades financeiras da **AMCTZRLT**, constituído de 03 (três) membros Titulares e dois suplentes, eleitos, conjuntamente com a Diretoria Executiva, para um mandato de 03 (três) anos; O Conselho Fiscal reunir-se-á de duas formas:

- a) Ordinariamente – semestralmente, pelo menos 15 dias antes da prestação de contas semestral da diretoria executiva, para analisar as contas e apresentar um parecer favorável ou contrário na Assembleia Geral que apreciará as contas da entidade.;
- b) Extraordinariamente a qualquer momento quando necessário.

Art. 19 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar a qualquer momento os documentos da entidade;
- II- O membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a três (03) reuniões consecutivas sem justifica – las perderá o mandato assumirá o primeiro suplente;
- III- Manter sob controle a relação nominal de bens patrimonial da entidade;

SEÇÃO V-DAS ELEIÇÕES.

Art.20 - A eleição da Diretoria Executiva da **AMCTZRLT** será realizada de 03 (três) em 03 (três) anos, na data do término do mandato da Diretoria em exercício, com posse dos eleitos imediatamente após o resultado das eleições.

Art.21 – A eleição se processará da seguinte maneira:

- I - A eleição será direta através do voto na urna;
- II- Será formada uma comissão em Assembléia Geral denominada de Comissão Eleitoral, que conduzirá o processo 45 (quarenta e cinco) dias antes das eleições e destituirá após a apuração dos votos e posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal;
- III- A Comissão Eleitoral será composta por 02 (dois) representantes da FONGEPI e 03 (tres) membro indicado pela Assembléia Geral.
- IV- No caso de primeira eleição os membros da Diretoria Executiva poderão ser nomeados em assembléia geral para administração do triênio.
- V – No caso de chapa única a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, poderão ser eleitos por aclamação em Assembléia Geral devidamente convocada para este fim.

Art.22- O Registro do candidato será feito junto a Comissão Eleitoral, para tanto, cada um apresentará requerimento solicitando o registro de chapas identificando nomes e os respectivos cargos até 20 (vinte) dias antes das eleições;

Parágrafo Único – Só poderá ser candidato o sócio devidamente regular e em dia com suas obrigações sociais, com no mínimo um ano de filiado.

CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO.

Art.23 - O patrimônio da **AMCTZRLT** será administrado pela Diretoria Executiva.

Art.24 - Em caso de extinção da **AMCTZRLT** seu patrimônio será destinado à outra entidade congênere registrada no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Parágrafo Único - A extinção do **AMCTZRLT** acontecerá em Assembléia Geral convocada exclusivamente para estes fins com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade.

CAPÍTULO VI-DAS PENALIDADES DOS ASSOCIADOS;

Art. 25 - Os sócios poderão sofrer as seguintes penalidades:

- a) Advertência - Será aplicada pelo presidente, mediante aprovação da Diretoria Executiva, em caráter reservado, para punir faltas leves, como faltar a três reuniões consecutivas sem dar este esclarecimento, pagamento de taxas de contribuições de sócia atrasada;
- b) Suspensão – Será aplicada pelo presidente, após aprovação da Diretoria Executiva em curso "ex-officio", para punir faltas graves, como desrespeitar a diretoria executiva em exercício, desrespeitar o estatuto da entidade.
- c) Exclusão - Será deliberada e aplicada pela assembléia geral, especialmente convocada para este fim, após votação da maioria absoluta dos presentes, para punir faltas graves, como

5º CA

SELO NO VERSO

Ufauk
SELO OFICIAL DE NOTAS E PROTESTO
12/10/2020

desrespeitar o estatuto da entidade, extraviar a documentação da entidade, cometer roubo de recurso financeiro da entidade, desde que for comprovado.
Parágrafo único – No caso de vir a ocorrer exclusão do associado a este será garantido amplo direito de defesa, mediante a Assembléia Geral.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 26 - É expressamente vedado o uso da denominação social em atos que envolvam a associação em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança e caução de favor.
Art. 27 - A Diretoria Executiva e os associados da AMCTZRLT aprovarão o seu Regimento Interno em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade.
Art. 28 - Os casos omissos serão decididos em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade.
Art. 29 - Este estatuto entra em vigor no ato de sua aprovação pela Assembléia Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI, sob a Sigla "AMCTZRLT", revogando-se às disposições em contrário podendo ser reformulado em assembléia geral para estes fins. Teresina Piauí, 27 de setembro de 2020.

Ledy Laura Soares Azevedo
Presidente

Dr. Lucas de Andrade Veloso
Advogado

Cartório Themistocles Sampaio
3º OFÍCIO DE NOTAS
Rua Lázaro Nogueira, 1223 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (86) 3221-4159 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br
TITULAR: Anaclélia Gonçalves de Sampaio Pereira

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LEDY LAURA SOARES AZEVEDO. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
Teresina-PI, 27/10/2020. Selo: ABM68473-U9MT
www.tjpi.jus.br/portalexta.

Maria do Socorro de Carvalho de Sene - Escrevente Autorizada
Estatuto: 4,02 TJ: 0,80 FMMP/PI: 0,10 Selo: 0,26 Total: 5,18 - OP: 120

Cartório Themistocles Sampaio
3º OFÍCIO DE NOTAS
Maria do Socorro de Carvalho de Sene
Escrevente Autorizada
Teresina-PI

3º OFÍCIO DE NOTAS

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL

5º Ofício de Notas e Protesto
RUA DAVID CALDAS Nº 167, Centro, TERESINA - PIAUÍ
RCPJ registrado sob o nº 107 no LIVRO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA nº A3 folha(s) 12 e 16 em 29/10/2020 16:53:05. Protocolado sob o nº 545 no LIVRO DE PROTOCOLO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS nº A1 em 29/10/2020. Selo: ABM25461 - QP5E, ABM25487 - NP11 Consulte em www.tjpi.jus.br/portalexta

FILipe CARVALHO LOPES DA SILVA, Escrevente Autorizada
Estatuto: R\$ 94,18 FERMOJUPI, R\$ 16,95 Sel. R\$ 0,52 MP R\$ 2,23 Total: R\$ 103,88

CARTÓRIO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS
Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
No Livro nº A-03 às fls. 12-16
Sob o nº 107
Teresina-PI, 29 de 10 de 2020
Tabela do Cartório 5º Ofício de Notas e Protesto de Títulos

5º Ofício de Notas e Protesto
Filipe Carvalho
Escrevente Autorizada

Filipe Carvalho
Escrevente Autorizada

Livro nº 01

TERMO DE ABERTURA

O Presente livro contém 100 (cem) folhas numeradas tipograficamente consignadas de 01 (um) a 100 (cem) Adaptando-se ao novo código civil brasileiro, lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que servirá para lavratura do Estatuto Social, Atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e Alterações Estatutárias da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT"**, com Sede Provisória, localizada na Comunidade Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64..099-899..

Teresina, 27 de setembro de 2020.

Ledy Laura Soares Azevedo
Presidente da AMCTZRLT



Cartório
Themistocles
Sampaio
3º OFÍCIO DE NOTAS

Rua Lizandro Nogueira, 1223 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (66) 3221-0199 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
Titular: Anailéia Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE LEDY LAURA SOARES AZEVEDO. DOU FE. EM TEST. Rua DA VERDADE. Teresina-PI, 27/10/2020. Selo: ABM68476-8U5W
www.tjpi.jus.br/portalexta.

Maria do Socorro de Carvalho de Sene-Escrevente Autorizada
Emol: 4,02 TJ: 0,80 FMMP/PI: 0,10 Selo: 0,26 Total: 5,18 - OP: 120
TERMO DE ABERTURA

Cartório Themistocles
3º OFÍCIO DE NOTAS
Maria do Socorro de Carvalho de
Escrevente Autorizada
Teresina - PI

3º OFÍCIO DE NOTAS

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
CONSULTE O SELO
DIGITAL

ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT".

Conforme Edital de convocação lançado aos 13 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, devidamente assinado pela Comissão procriadora para aos trinta dias mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 16:00 horas, na sua sede provisória, localizada na Comunidade Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899. Adaptando-se ao novo código civil brasileiro, lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002; Inicialmente a Senhora Ledy Laura Soares Azevedo, representante da Comissão procriadora abriu os trabalhos dando início a Assembleia Geral, fez um rápido discurso sobre a importância da entidade e em seguida Convidou a Senhora Lucia Maria de Sousa e José Veloso de Gois Filho, representantes da FONGEPI, que haviam sido convidados pela comissão organizadora para conduzirem os trabalhos; o senhor José Veloso fez uso da palavra para orientar como seria a Assembleia Geral, em seguida outros integrantes da comissão procriadora, fizeram uso da palavra e após serem esclarecidos todas as dúvidas, a senhora Lucia Maria de Sousa, obedecendo a ordem do dia colocou em votação a criação da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT"**, sendo aprovado por unanimidade pelos presentes e em seguida obedecendo a ordem do dia foi apresentada uma proposta estatutária, que foi lida e discutida item por item, e como ninguém solicitou alteração de nenhum dos itens, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos presentes; **ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI, CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FORO. Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI**, sob a Sigla "**AMCTZRLT**", fundada aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, com sede provisória, localizada na Comunidade Taboquinha, Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sem distinção de cor, raça, sexo, partido político, ou qualquer discriminação, com duração indeterminada, que reger-se-á por este Estatuto e pela legislação específica e conforme disposto no Art. 53 do Código Civil Brasileiro e no Art. 2º da Lei nº 8.742/93 adequação a nova legislação da assistência social a lei 12.435 (Lei do SUAS) Lei 11.340 (Lei Maria da Penha); Lei 10.741 (Lei do Idoso); Lei 8.069 (Lei da Criança e Adolescente); Lei 11.124 (Lei SNHIS); Lei 11.977 (Lei de Regularização Fundiária); e atos da diretoria respeitadas as decisões das assembleias e normas estatutárias por esta aprovada. **Parágrafo Primeiro:** O Presente estatuto está adaptado às disposições do Código Civil Brasileiro instituído pela Lei nº10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Parágrafo Segundo:** Sua Jurisdição compreende ao Município de Teresina/PI. **Terceiro:** Essa Entidade será filiada a Federação das Organizações não Governamentais do Estado do Piauí - FONGEPI. **CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS E FINALIDADES: Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT"**, tem por objetivos desenvolver atividades nas áreas de Educação, Assistência Social, Habitação, Esporte, Lazer, Saúde, Segurança, Meio Ambiente, Cultura, Economia Solidária, Agricultura Familiar, Pecuária e Desenvolvimento Rural com as seguintes finalidades: I- Promover a união de seus membros para a busca de soluções de problemas de natureza sócio-econômico, como: Moradia, Desenvolvimento Rural, Educação, Cultura, Saúde, Segurança, Assistência Médica e Social, Meio Ambiente, Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pecuária. II- Promover amparo social através de recursos próprios, ou de desenvolvimento de programas e/ ou de projetos a serem financiados por órgãos públicos, privados ou agência de cooperações internas e externas; III- Procurará junto aos poderes públicos adquirir meios de

Assinado
em 13/09/2015

13/09/2015

13/09/2015

Assinado

melhorias para os seus associados, podendo receber auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito privado ou público, além de firmar convênios, acordos e promover campanhas que lhe permita arrecadar fundos para serem usados em benefício da coletividade; IV- Defender os direitos, interesses e reivindicações dos associados; V- Promover e organizar eventos, exposições, festivais, mostras de seus produtos seja na agricultura ou na pecuária; VI- Buscar mecanismo para implantar e incentivar agricultura piscicultura, criação de aves, de caprinos e suínos. VII- Representar os associados, na esfera municipal, estadual, federal, Empresas Privadas, nas ONG'S nacionais e internacionais desenvolvendo ações que visem conquistar benefícios em prol da coletividade; VIII - Promover juntamente com os órgãos públicos federais e estaduais programas e projetos de construção de casas habitacionais por interesse sociais; IX- Difundir e oferecer assistência tecnológica e outros mecanismos necessários ao desenvolvimento de micro e pequenos produtores; X - Promover através de programas e projetos construção e reforma de casas habitacionais por interesse sociais, seja Urbana e Rural; XI- Promover projetos ou programas através de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais oficinas de capacitação sobre a reciclagem do lixo, para a preservação do meio ambiente; inclusão digital, dentre outros programas de capacitação profissional; XII- Integrar-se a instituições universitárias em parcerias para o desenvolvimento de atividades na comunidade principalmente na área de agricultura, pecuária e desenvolvimento econômico; XIII - Buscar programas de linhas de créditos destinadas às associações para atender seus associados.

CAPÍTULO III - SEÇÃO I - DOS SÓCIOS- DISPOSIÇÕES GERAIS, Art.3º- A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT", não limitará o número de seus associados. Art.4º- Os sócios contribuirão com taxas, cujo valor de contribuição será aprovado mediante assembléia geral, e a devida concordância dos associados. Art.5º- **A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT",** terá as seguintes categorias de sócios: I - Sócios Fundadores, assim denominados todos os membros que assinarem a ata de fundação da **AMCTZRLT**, sua primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; II - Sócios Efetivos, assim denominados aqueles que associarem-se após a fundação da entidade. Parágrafo Primeiro - Só poderá associar-se à **AMCTZRLT** com direito a votar e ser votado, **MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA PIAUÍ.** Parágrafo Segundo - **A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA - PI "AMCTZRLT",** não remunera, nem distribui lucros, vantagens ou bonificações a nenhum de seus membros, quer sejam dirigentes ou associados; Parágrafo Terceiro - Os Sócios não se responsabilizam, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais contraídas em nome da entidade. Parágrafo Quarto - Este Estatuto não limitará a quantidade de reeleição dos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da **AMCTZRLT**; podendo reeleger-se quantas vezes forem necessárias.

SEÇÃO II - DOS DIREITOS DOS ASSOCIADOS; Art.6º - São direitos dos Sócios: I - Votar e ser votados para os cargos e órgãos da AMCTZRLT; II- Ter acesso aos documentos da entidade para examinar se for necessário, não podendo retirá-los da sede; III- Gozar dos benefícios concedidos pela entidade; IV- Opinar e discutir em assembléia matéria de interesse da entidade, apontando propostas e sugestões que contribuam na melhoria de seus associados, respeitando os critérios estatutários. SEÇÃO III - DOS DEVERES; Art.7º-São deveres dos Sócios: I - Respeitar o Estatuto; II - Participar das atividades e luta pelos os associados; III - Zelar pelo patrimônio moral, material da entidade como um todo; IV - Estar quite com suas obrigações, perante à **AMCTZRLT; V - Lutar pelo fortalecimento da entidade e informar de imediato a diretoria quaisquer irregularidades. CAPÍTULO IV- SEÇÃO I - DOS ÓRGÃOS E DISPOSIÇÕES GERAIS Art.8º - São órgãos da **AMCTZRLT**: I-Assembléia Geral; II - Diretoria Executiva; III - Conselho Fiscal. SEÇÃO II - DA ASSEMBLÉIA GERAL;Art.9º - A**

exercício, com posse dos eleitos imediatamente após o resultado das eleições. Art.21 – A eleição se processará da seguinte maneira: I - A eleição será direta através do voto na urna; II- Será formada uma comissão em Assembléia Geral denominada de Comissão Eleitoral, que conduzirá o processo 45 (quarenta e cinco) dias antes das eleições e destituirá após a apuração dos votos e posse da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; III- A Comissão Eleitoral será composta por 02 (dois) representantes da FONGEPI e 03 (tres) membro indicado pela Assembléia Geral. IV- No caso de primeira eleição os membros da Diretoria Executiva poderão ser nomeados em assembléia geral para administração do triênio. V – No caso de chapa única a eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, poderão ser eleitos por aclamação em Assembléia Geral devidamente convocada para este fim. Art.22- O Registro do candidato será feito junto a Comissão Eleitoral, para tanto, cada um apresentará requerimento solicitando o registro de chapas identificando nomes e os respectivos cargos até 20 (vinte) dias antes das eleições; Parágrafo Único – Só poderá ser candidato o sócio devidamente regular e em dia com suas obrigações sociais, com no mínimo um ano de filiado. **CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO.** Art.23 - O patrimônio da **AMCTZRLT** será administrado pela Diretoria Executiva. Art.24 - Em caso de extinção da **AMCTZRLT** seu patrimônio será destinado à outra entidade congênere registrada no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. **Parágrafo Único -** A extinção do **AMCTZRLT** acontecerá em Assembléia Geral convocada exclusivamente para estes fins com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. **CAPÍTULO VI-DAS PENALIDADES DOS ASSOCIADOS;** Art. 25 - Os sócios poderão sofrer as seguintes penalidades: a) Advertência - Será aplicada pelo presidente, mediante aprovação da Diretoria Executiva, em caráter reservado, para punir faltas leves, como faltar a três reuniões consecutivas sem dar justo esclarecimento, pagamento de taxas de contribuições de sócia atrasada; b) Suspensão – Será aplicada pelo presidente, após aprovação da Diretoria Executiva em recurso “ex-ofício”, para punir faltas graves, como desrespeitar a diretoria executiva em exercício, desrespeitar o estatuto da entidade. c) Exclusão - Será deliberada e aplicada pela assembléia geral, especialmente convocada para esse fim, após votação da maioria absoluta dos presentes, para punir faltas graves, como desrespeitar o estatuto da entidade, extraviar a documentação da entidade, cometer roubo de recurso financeiro da entidade, desde que for comprovado. Parágrafo único – No caso de vir a ocorrer exclusão do associado a este será garantido amplo direito de defesa, mediante a Assembléia Geral. **CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** Art.26 - É expressamente vedado o uso da denominação social em atos que envolvam a associação em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fiança e caução de favor. Art. 27 - A Diretoria Executiva e os associados da **AMCTZRLT** aprovarão o seu Regimento Interno em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art. 28– Os casos omissos serão decididos em assembléia geral para esse fim, com aprovação de 1/5 (um quinto) dos sócios quites com suas obrigações sociais junto à entidade. Art.29 - Este estatuto entra em vigor no ato de sua aprovação pela Assembléia Geral da **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE TABOQUINHA DA ZONA RURAL LESTE DE TERESINA – PI**, sob a Sigla “**AMCTZRLT**”, revogando-se às disposições em contrário podendo ser reformulado em assembléia geral para estes fins. Teresina Piauí, 27 de setembro de 2020. Em seguida obedecendo a ordem do dia foi dado um prazo de trinta minutos para que os interessados a concorrerem aos cargos se inscrevesse, após o prazo estabelecido houve um consenso e apenas uma chapa se inscreveu, em seguida foi apresentado os nomes e os cargos e colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade pelos presentes; para um mandato de três anos com inicio em 27/09/2020 e término em 27/09/2023, sendo empossada imediatamente; Diretoria Executiva: Presidente: Ledy Laura Soares Azevedo, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina

SELO NO VERSO

Ledy Laura Soares Azevedo
Escritor Autorizado

Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 2.039.079 SSP/PI, CPF: 877.372.053-49; Vice-Presidente: Francisca Katia Pereira dos Santos Ribeiro, Brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 730.646 SSP/PI, CPF: 440.190.503-25; 1ª Secretária: Irenildes Soares Azevedo Pinto, brasileira, casada, doméstica, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 1.645.300 SSP/PI, CPF: 765.110.903-10; 2º Secretário: Maria de Jesus da Silva, brasileira, casada, lavradora, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 1.693.555 SSP/PI, CPF: 646.831.253-15; 1º Tesoureiro: Ana Maria de Sena Cruz, brasileira, Solteira, autônoma, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 1.058.865 SSP/PI, CPF: 578.983.083-87; 2º Tesoureiro: Anazeth Carvalho Chaves de Azevedo, brasileira, casada, lavradora, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 471.969 SSP/PI, CPF: 239.879.953-00; Conselho Fiscal Efetivo: 1º Membro do Conselho Fiscal Efetivo: Iago de Carvalho Ribeiro Correa; brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 3.524.131 SSP/PI, CPF: 051.940.613-31; 2º Membro do Conselho Fiscal Efetivo: Valdivino Ribeiro Chaves, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 1.593.419 SSP/PI, CPF: 754.940.783-53; 3º Membro do Conselho Fiscal Efetivo: Francisco de Assis Silva, Brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 421.335 SSP/PI, CPF: 361.800.503-25; Suplentes do Conselho Fiscal: 1º Suplente do Conselho Fiscal: Luira D'Ávila de Souza Moura Fé, brasileira, casada, Assistente Parlamentar, residente e domiciliada na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 3.493.298 SSP/PI, CPF: 059.702.173-28; 2º Suplente do Conselho Fiscal: Francisco Teixeira Martins, brasileiro, casado, Aposentado, residente e domiciliado na comunidade Taboquinha Zona Rural Leste de Teresina Piauí, CEP: 64.099-899, RG: 113.045 SSP/PI, CPF: 066.012.193-04; Nada a mais a declarar eu Lucia Maria de Sousa, secretariei os trabalhos e lavrei a presente ata que depois de lida e achada em conforme segue assinada por mim e os membros eleitos e empossados. Teresina, 27 de setembro de 2020.

Lucia Maria de Sousa
 Presidente Ledy Laura Soares Azevedo
 Vice-Presidente Francisca Katia Pereira dos Santos Ribeiro
 1º Secretário Irenildes Soares Azevedo Pinto
 2º Secretário Maria de Jesus da Silva
 1º Tesoureiro Ana Maria de Sena Cruz
 2º Tesoureiro Anazeth Carvalho Chaves de Azevedo
 Conselho Fiscal Efetivo:
 1º Membro do Conselho Fiscal Titular Iago de Carvalho Ribeiro Correa
 2º Membro do Conselho Fiscal Titular Valdivino Ribeiro Chaves
 3º Membro do Conselho Fiscal Titular Francisco de Assis Silva
 Conselho Fiscal Suplente:
 1º Suplente do Conselho Fiscal Luira D'Ávila de Souza Moura Fé
 2º Suplente do Conselho Fiscal Francisco Teixeira Martins

CARTÓRIO 5º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS

Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 No Livro nº A-03 às fls. 12-16
 Sob o nº 102

Teresina-PI, 29 de 10 de 2020

Tabella do Cartório 5º Ofício de Notas e Protesto de Títulos

Cartório
 Themistocles
 Sampaio
 4º OFÍCIO DE NOTAS

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
 Rua Lisandro Nogueira, 1223 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (08) 3221-0159 - E-mail: alderandino@cartorio3.com.br
 Titular: Anatália Gonçalves de Sampaio Pereira


RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE LEDY LAURA SOARES AZEVEDO, FRANCISCA KATIA PEREIRA DOS SANTOS RIBEIRO, IRENILDES SOARES AZEVEDO PINTO, ANA MARIA DE SENA CRUZ, DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.
 Teresina-PI, 27/10/2020. Selo: ARM68469-07HB ARM68470-EDVM ARM68471-R41B ARM68472-55KB wptipi.jus /portalextra

Maria do Socorro de Carvalho de Sena-Escritora Autorizada
 Emol: 16,08 TJ: 3,20 FMMP/PI: 0,40 Selo: 1,04 Total: 20,72 - CP: 12
 ATA DE SIGNATURA

CONSULTE O CILLO
 DIGITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - JOÃO DE DEUS MARTINS



POLEGAR DIREITO

Ana Maria de Senna Cruz

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

0599770

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 1.058.865 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/04/15

NOME ANA MARIA DE SENA CRUZ

PLACADO

JOVITA AUGUSTA DE SENA CRUZ
MANOEL FREITAS DA CRUZ

NACIONALIDADE

COROATÁ-MA

DATA DE NASCIMENTO 07/11/1969

DOC. CIVILIZ

CERT. NASC. 50484 L 100 F 76V
EXP COROATÁ-MA 26/02/02

TERCEIRA F

578.983.083-87

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83


VALID

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DE OLIVAS MARTINS

Maria de Jesus da Silva

VALID

VALIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.693.555 DATA DE EMISSÃO 13/08/18

NOME MARIA DE JESUS DA SILVA

FILIAÇÃO FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS SILVA
FRANCISCO PAULO DA SILVA

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 25/08/1975

DOC. ORIGEM CERT. NASC. 5784 L 5 F 186

EXP. TERESINA-PI 11/07/18

646.831.253-15

ASSINATURA DO DIRETOR

Chagas Pinheiro Martins

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21213741/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

ANA MARIA DE SENA CRUZ

OU

CPF: 578.983.083-87

Certidão emitida em: 21/06/2022, às 09:12:40 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21213741

Código de Validação: CCC4 6538 957D A7CC 9782 B9C1 26BD CE98

Data da Atualização: 21/06/2022, às 02:40:03



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2542627

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: ANA MARIA DE SENA CRUZ
CPF: 57898308387
RG: 1058865 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI
ESTADO CIVIL: Casado(a)
PAI: MANOIEL FREITAS DA CRUZ
MÃE: JOVITA AUGUSTA DE SENA CRUZ
ENDEREÇO: COMUNIDADE TABOQUINHA
BAIRRO: ZONA RURAL, MUNICÍPIO: TERESINA - PI**

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º, da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2542627. Código verificador: 57120.A837A.20D38.E8998

- o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 22 de Junho de 2022 às 10 h 13 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2542627. Código verificador: 57120.A837A.20D38.E8998

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Operez Soares da Silva
1511507



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - JOÃO DE DEUS MARTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.039.079

DATA DE EXPEDIÇÃO 03/11/17

NOME LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

FILIAÇÃO

ANTONIA SOARES DO ESPIRITO SANTO AZEVEDO
RAIMUNDO CLAUDINO DE AZEVEDO

NATURALIDADE TERESINA-PI DATA DE NASCIMENTO 29/12/1978

DOC. GREGAR

CERT. NASC. 50145 L 30A F 220V

EXP. TERESINA-PI 27/02/80

877 372 053-49

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21212705/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

OU

CPF: 877.372.053-49

Certidão emitida em: 21/06/2022, às 08:46:42 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21212705

Código de Validação: 578A 0019 507A A9AA 7C7B 1C47 99FC EB11

Data da Atualização: 21/06/2022, às 02:40:03



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2541129

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENASIS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: LEDY LAURA SOARES AZEVEDO

CPF: 87737205349

RG: 2039079 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: RAIMUNDO CLAUDINO DE AZEVEDO

MÃE: ANTONIA SOARES DO ESPIRITO SANTO AZEVEDO

ENDEREÇO: COMUNIDADE TABOQUINHA

BAIRRO: ZONA RURAL, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENASIS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2541129. Código verificador: CAFAF.BC62F.046F6.6D793

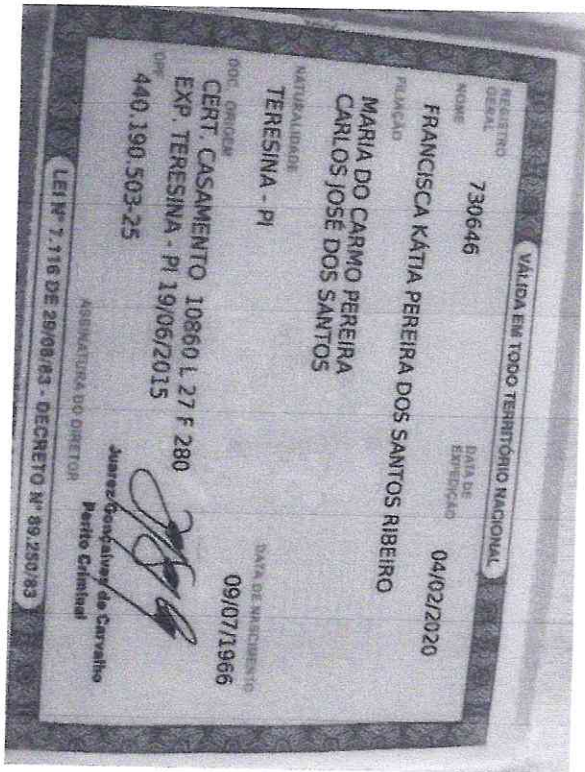
- o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 21 de Junho de 2022 às 08 h 20 min



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2541129. Código verificador: CAFAF.BC62F.046F6.6D793





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

21212761/2022

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

FRANCISCA KATIA PEREIRA DOS SANTOS RIBEIRO

OU

CPF: 440.190.503-25

Certidão emitida em: 21/06/2022, às 08:47:41 (data e hora de Brasília)

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;

Certidão: 21212761

Código de Validação: 17BB 9455 E8E5 4C3A 3C65 C97B C166 3298

Data da Atualização: 21/06/2022, às 02:40:03



Certidão válida para o(s) seguinte(s) órgão(s): SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 2541158

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: FRANCISCA KATIA PEREIRA DOS SANTOS RIBEIRO

CPF: 44019050325

RG: 730646 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP/PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: MARIA DO CARMO PEREIRA

MÃE: CARLOS JOSÉ DOS SANTOS

ENDEREÇO: COMUNIDADE TABOQUINHA

BAIRRO: ZONA RURAL, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 2541158. Código verificador: B5C38.2A9F4.3BF74.13F91



Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.
Av. Maranhão, 159 - Centro (S/N) - Teresina/PI
CNPJ: 06.840.748/0001-69 - IE: 19.201.383-5
Regime Especial de Imprecção Autorizado pela SEFAZ/PI
NF/Fatura de Energia Elétrica / Série D-1

Parâmetros
Faturamento
Data de Faturamento



SERVIÇO

0085707-6

Nº da Nota Fiscal: 74973784

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2003.

Conta do Mês	Vencimento	Consumo (KWh)	Total a Pagar (R\$)
ABR/2022	04/05/2022	412	403,51

RAIMUNDO CLAUDINO DE AZEVEDO
ES DA CACIMBA VELHA S/N TABOQUINHA - B-RURAL R

CPF: **3.027.***-**

CEP: 64.000-000 - TERESINA

R: 19.001.50.98.027800

Índice da Leitura	Atual	Anterior	Consumo Medido	Consumo Faturado	Forma de Faturamento	Código de Irregularidade	Dias de Consumo
	25394	24982	412	412	NORMAL		30
					FCAM*		

Classe/Subclasse	Ligação	Número Medidor	Posto	Código Fat.	Média 12 meses
RURAL	TRI	D187125		4.1.2.3	462

Mês/ano consumo	CONSUMO	412 A R\$ 0,902879 =	371,98
MAR/22	459	CONTR. ILLUM. PUB. MUNICIPAL (COSIP)	31,53
FEV/22	390	ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA - 35,08	
JAN/22	418		
DEZ/21	527		
NOV/21	470		
OUT/21	542		
SET/21	582		
AGO/21	513		
JUL/21	424		
JUN/21	409		

TARIFA SEM TRIBUTOS:

R\$ 412 - 0,63080



NOTIFICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

LIGUE 0800 086 0800 E FAÇA O PCAO VENCIMENTO 1 5 10 15 20 25
Parabéns! Até o dia 25/04/2022, não constatamos faturas vencidas nessa Unidade Consumidora.

Resumo do Fato

0FE6.6678.A273.0775.26E0.F9FA.A51D.D687

Distribuição:	Energia:	Transmissão:	Encargos:	Tributos:	Base de Cálculo:	Alíquota ICMS:	Valor do ICMS:	Valor do PIS:	Valor do CONFINS:
70,31	146,02	17,95	28,54	109,16	371,98	27,00%	100,43	0,57%	2,18
					271,55				7,18

Indicadores de Continuidade	OPC	TRM	CONC	OPCM
Apurado	0,00	0,00	0,00	
Mensal	0,20	0,06	0,00	
Trimestral				
Anual				
Cota. Det.				
Mês Ref.	02/2022			
				0,00

PARA PAGAR VIA PIX, UTILIZE O QR CODE ABAIXO

